

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ESPECIALIZAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA E
HISTÓRIA NACIONAL

Bruna Estevão Costa Oliveira

A ficção como instrumento de resistência ao Regime Militar:

Um estudo do conto “Os Caranguejos” presente no livro

7 de amor e violência (1965)

CURITBA
2014

BRUNA ESTEVÃO COSTA OLIVEIRA

A ficção como instrumento de resistência ao Regime Militar:

Um estudo do conto “Os caranguejos” presente no livro

7 de amor e violência (1965)

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras. Especialização em Literatura Brasileira e História Nacional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná para obtenção de nota.

Orientadora: Profa. Dra. Maurini de Souza

CURITBA
2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por ter estado ao meu lado durante a realização deste curso, especialmente ao meu pai, por ter me possibilitado fazê-lo, além de me dar todo apoio que sempre precisei.

Aos meus amigos, que me aguentaram por meses falando deste trabalho e me deram inúmeras broncas por não tê-lo feito antes: Jacqueline, Juliene, Clarissa, Franciane, Aline, Cris e Regina.

Aos amigos que fiz neste tempo, e que tornaram todas as aulas muito mais divertidas, especialmente, ao meu parceiro Anderson Luiz Thomas.

Ao Luís Fernando, por ter ido cuidar de sua vida nos últimos 45 segundo do segundo tempo, mas por ter estado ao meu lado em boa parte dessa jornada.

A Professora Rosane Kaminski, que me apresentou a fonte com a qual trabalho aqui, me deu idéias e me consolou quando não consegui o planejado: Professora, não foi em vão!

A Antônia, por sempre resolver nossos problemas e aliviar a nossa barra com prazos e etc., na pós.

Por fim, à querida Professora Maurini, por ter abraçado minhas idéias, lido meus textos domingo à noite e por não ter me deserdado de sua orientação: super obrigada!

RESUMO

O estudo que segue tem por objeto de pesquisa a resistência ao Regime Militar brasileiro (1964-1985), através da literatura paranaense. Como fonte principal, propõe-se a análise do conto “Os caranguejos”, de Sylvio Back, presente no livro de contos “*7 de amor e violência*”, publicado em março de 1965, em Curitiba, e recolhido das bancas pelo DOPS em junho do mesmo ano. O objetivo é, através da análise do conto, identificar elementos do texto que aludam ao contexto em que ele foi escrito e compreender como estes elementos tornaram o texto subversivo aos olhos da DOPS. Além disso, a pesquisa também intenciona contribuir para a lacuna existente nos estudos acerca da literatura de resistência no período do recém-golpe de 1964.

Palavras-chave: golpe-militar; resistência; literatura

Sumário

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I	11
O CONTEXTO DO GOLPE MILITAR DE 1964, NO PÁRANA E NO BRASIL..	11
1. No Paraná	17
CAPÍTULO II	22
“O LIVRO ENCARCERADO”: ANÁLISE DE “OS CARANGUEJOS” DE SYLVIO BACK	22
CONCLUSÃO.....	29
BIBLIOGRAFIA	31

INTRODUÇÃO

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) é pesquisada por diversos ramos de estudo, como história, sociologia, filosofia, entre outros, apontando para uma importância fundamental do período para diferentes áreas do conhecimento. Um dos aspectos que recebe atenção dessas pesquisas é a resistência ao regime, que se fez presente em distintos setores da sociedade. O teatro, o cinema e a música, foram importantes instrumentos de comunicação dessa resistência.

Nosso olhar volta-se, entretanto, para um veículo de resistência não tão focado pelos estudiosos: a literatura.

(...) é comum entre os poucos críticos que se dedicaram a estudar tais aspectos, a afirmação de que ela [literatura] só reagiria às atribuições e conflitos da vida política neste período ditatorial após 1975 (...) [porém] mediante o auxílio da poderosa lupa proveniente de nosso distanciamento histórico, se observarmos com atenção, poderemos notar que já logo após o golpe de 64 a prosa literária – particularmente o romance – começava a apresentar evidentes sinais de resistência tanto ao processo político quanto à modernização autoritária, embora efetivamente só lograsse elaborar um tipo de romance de resistência apenas na segunda metade da década”. (FRANCO, 1998, p. 1)

O livro *7 de amor e violência*, publicado em março de 1965, em Curitiba, reúne oito contos de sete autores paranaenses, repleto de metáforas que denunciam os aspectos da ditadura civil-militar. Foi recolhido das bancas dois meses após seu lançamento, pelo DOPS. A nota no jornal *Estado do Paraná*, de 3 de junho de 1965, refere-se ao livro como “uma obra de caráter subversivo”¹ e também identifica a obra como “o primeiro livro de autores paranaenses considerado subversivo e que sofre apreensão e interdição de tiragem de outra edição”².

A segunda edição da obra foi publicada em 1986. No posfácio, um dos autores do livro, Valencio Xavier, conta que o autor da ideia de conceber o livro foi Walmor Marcelino, e os outros integrantes eram pessoas com quem ele estava em contato na época e que “concordaram com essa perigosa forma de

¹ ESTADO DO PARANÁ, 3 de junho de 1965, p.9. Disponível para consulta na Biblioteca Pública do Paraná, microfilme, rolo nº 34, gaveta 16.

² Idem.

se opor ao golpe, uma atitude cultural” (XAVIER, 1986, p. 99). Cada autor entrou com uma quantia em dinheiro para realizar a publicação e recebeu algumas cópias da obra.

O restante da edição foi para as livrarias e para as bancas de jornal – novidade para a época. Não pense que esgotar uma tiragem de 1.500 exemplares era coisa fácil em Curitiba – livro que vendesse uns mil exemplares já era um Best-best-seller. O “7” vendeu tudo, quando o Exército apreendeu, só achou meia dúzia de livros e já estávamos com a segunda edição em preparo.

Quando Hélio Pólvora publica a crítica no “Diário Carioca”, acrescentamos no livro uma faixa com o trecho em que ele reconhece que o “7” era o primeiro livro de ficção, contra o golpe, publicado no Brasil. (XAVIER, 1986, p. 99)

Segundo Sylvio Back, também autor de um dos contos do livro, após a publicação da obra, “cada um de nós [autores] esperava que um milico batesse à porta intimando a depor, como viria a ocorrer dois anos depois”³.

Justificamos a importância desta pesquisa baseados na ausência de trabalhos a respeito dessa obra emblemática na história da resistência simbólica ao regime na cidade de Curitiba. A obra é apontada como a primeira a ficcionalizar a resistência ao golpe, foi escrita por sete autores paranaenses que estavam dispostos a correr o risco da repressão e foi recolhida pelo DOPS, além de ter a segunda edição interdita. Mesmo assim, não há estudos sobre tal obra.

Como já mencionado anteriormente, as pesquisas a respeito da literatura de resistência, em sua maioria, foca em obras a partir da década de 1970⁴. Esta pesquisa intenciona também contribuir para a lacuna que há nos estudos a respeito de obras de resistência ainda na década de 1960, pós-golpe. E para isso, apresenta como fonte principal, um dos contos presentes na obra *7 de amor e violência*, apontada como a primeira publicada no Brasil, contra o golpe militar de 1964.

O conto escolhido para análise intitula-se “Os caranguejos”, de autoria de Sylvio Back e é uma fábula na qual os militares são representados por caranguejos e invadem uma partida de futebol.

³ BACK, Sylvio. O livro encarcerado. In: FOLHA DE SÃO PAULO, 05 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il0509201009.htm>

⁴ A esse respeito, a pesquisadora Sandra Reimão faz um detalhado estudo acerca dos livros censurados pela ditadura nas décadas de 1970 e 1980 em sua obra: REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência – censura a livros na ditadura militar*. São Paulo: Edusp, 2011.

O debate acerca das relações entre a história e a literatura é amplo e engloba diversos aspectos, como o caráter narrativo da história, as semelhanças com a ficção, entre outros. Para esse estudo, interessa-nos a questão que envolve a literatura como fonte para o estudo da história. É a partir dos anos de 1970, que a literatura passa a ocupar o papel de fonte para a história, pois até então, era utilizada como ilustração do que se queria expor. O estudo de Paul Ricoeur demonstra que, a partir desse momento, houve um eclipse da narrativa, na qual ela passou a ser uma fonte possível de ser usada no estudo da história (RICOEUR, 2010).

Nossa pesquisa entende a abordagem da literatura no âmbito da História Social e se apoia em Sidney Chalhoub:

(...) a proposta é historicizar a obra literária (...) inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo. Em suma, é preciso desnudar o rei, tomar a literatura sem reverência, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício. Para historiadores, a literatura é, enfim, testemunho histórico. (CHALHOUB, 1998, p. 7)

Compreendemos então que a fonte literária assume papel de testemunho histórico do contexto social em que foi produzida, assumindo um olhar sobre aquele contexto que só pode ser observado através dela.

Entendendo a produção literária como uma expressão do social e, sobretudo, como uma produção artística, apoiamos nossa proposta também em Antonio Candido e sua análise da Literatura e Sociedade. Segundo Candido, o meio influencia a produção da obra e, tendo em vista que a obra de arte (nesse caso, a literatura) é comunicação, ela interfere também na vida dos indivíduos. Portanto, os padrões da época influenciam a produção da obra e essa, por sua vez, influencia o meio em que foi produzida. A obra nasce, na verdade, na confluência entre a iniciativa individual (no caso, do artista) e as condições sociais, indissolúvelmente.

(...) a arte é social nos dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção de mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. Isto decorre da própria natureza da obra e independe

do grau de consciência que possam ter a respeito os artistas e os receptores de arte (CANDIDO, 2000, p. 19)

A perspectiva apresentada por Antonio Candido é relevante para esta proposta na medida em que entende o meio social como influência para a produção da obra. No caso do livro de contos *7 de amor e violência*, este só foi produzido devido ao contexto social em que seus autores viviam, ou seja, o recém golpe de 1964 e o início da ditadura civil-militar brasileira. Candido ainda afirma que a obra influencia também o meio. Nesse aspecto, a intervenção do DOPS deixa claro que havia por parte do governo o medo que a obra influenciasse os seus leitores, afinal, ela nasceu como uma obra de resistência, mesmo sendo através de contos ficcionais.

Para basear nosso objeto de pesquisa, a resistência através da literatura, nos apoiamos em Alfredo Bosi e sua obra *Literatura e Resistência* (2002). Para Bosi, a resistência é um conceito ético, enquanto a literatura, um conceito da arte. Não se deveria, portanto, misturar tais conceitos, criando expressões como *narrativa de resistência* ou *poesia de resistência*, por exemplo. Entretanto:

(...) como sempre acontece, no fazer-se concreto e multiplamente determinado da existência pessoal, fios subterrâneos poderosos amarram as pulsões e os signos, os desejos e as imagens, os projetos políticos e as teorias, as ações e os conceitos. Mais do que um acaso de combinações, essa interação é a garantia da vitalidade mesma das esferas artística e teórica. (BOSI, 2002, p. 119)

Ainda segundo o autor, quando aliada à narrativa, a resistência é realizada de duas maneiras: como tema e/ou como processo inerente à escrita. No caso da obra *7 de amor e violência*, entendemos que a resistência é observada tanto como tema, tendo em vista que nasceu como uma obra contra o contexto em que foi produzida, e também como inerente à escrita, pois ela (a resistência) é interiorizada na escrita.

A resistência é um movimento interno ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico. Momento negativo de um processo dialético no qual o sujeito, em vez de reproduzir mecanicamente o esquema das interações onde se insere, dá um salto para uma posição de distância e, deste ângulo, se vê a si mesmo e reconhece e põe em crise os laços apertados que o prendem à teia das instituições. (BOSI, 2002, p. 134)

O estudo a seguir divide-se em dois capítulos: o primeiro, apresenta o contexto nacional e regional em que a obra foi produzida, ou seja, o golpe militar de 1964; o segundo capítulo aborda o texto de Sylvio Back, “Os caranguejos”, presente no livro “7 de amor e violência”, analisando-o de forma a identificar nele elementos resistentes ao período em que foi escrito.

CAPÍTULO I

O CONTEXTO DO GOLPE MILITAR DE 1964, NO PÁRANA E NO BRASIL

O Regime Militar brasileiro teve início em 1964, pela atuação de um movimento composto por civis e militares⁵, que culminou em um golpe de Estado depondo o então presidente, João Goulart. Segundo José Willington Germano,

(...) a inflação galopante (1960:30,5%, 1961:47,7%, 1962:51,3%, 1963:81,3%), a revolta dos sargentos em setembro de 1963, em Brasília, considerada como quebra de hierarquia, o anticomunismo, o combate acirrado à reforma agrária, a incorporação da Ideologia da Segurança Nacional – cujos ‘objetivos nacionais permanentes’ justificam a usurpação do poder em seu nome – ,a busca de aliados fardados por parte das classes dirigentes etc., tudo isso culminou com a intervenção militar de março de 1964. (GERMANO, 1994, p. 51)

Além desses fatores, o nível de politização brasileiro possibilitou um contexto político para a formação do movimento interventor. Segundo Germano, “greves, mobilizações, assembléias, crescimento das organizações sindicais, surgimento das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais”, faziam parte desse cenário. (GERMANO, 1994, p. 50)

Os militares assumem o poder alegando a intenção de “reconstrução da nação” e “restauração da ordem” do país. Segundo Boris Fausto, “o movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado, aparentemente, para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia” (FAUSTO, 2006, p. 256). Para manter a aparência democrática, “o Congresso não foi fechado definitivamente (embora tenha sido mutilado) e o Judiciário continuou a funcionar, ainda que como apêndice do Executivo” (GERMANO, 1994, P. 54).

Ao contrário do que o termo “golpe” possa vir a sugerir, o movimento de 1964 não foi articulado no sentido de estabelecer planos políticos para o país. A

⁵A esse respeito, Carlos Fico aponta que “se a preparação do golpe foi de fato “civil-militar”, no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares (...)sucessivas levadas de militares passaram a ocupar cargos em importantes agências governamentais” (FICO, 2004p. 52). Ainda de acordo com Maria Ribeiro do Valle, “o golpe militar de 1964 conta com o apoio praticamente unânime das camadas dominantes e de setores da classe média que visam à contenção das pressões exercidas pelos trabalhadores” (DO VALLE, 2008, p.31).

intenção principal era a retirada de João Goulart do governo. Além disso, segundo Adriano Codato:

(...) a) a configuração política que decorre imediatamente do golpe de 1964 é resultado de um “autoritarismo de crise” e não de um projeto das Forças Armadas para se constituir como grupo politicamente dirigente; b) a militarização do sistema político e o controle estrito da cena política pelas Forças Armadas foram antes um processo que um evento (ou um “fato”); c) esse processo de militarização do sistema estatal é simultâneo ao processo de centralização do poder decisório na cúpula do executivo federal e a sua causa mediata; e, por fim, d) o ponto culminante desses dois processos é o período 1969- 1979 e esse encontro não é explicável sem referência aos conflitos políticos e sociais de 1968; principalmente à sua forma de solução. (CODATO, 2004, p. 15)

Intencionando a “restauração da ordem”, os governantes passam a buscar o controle de meios que possam vir a desestabilizá-la. Apoiada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, gestada no interior da Escola Superior de Guerra, o regime atribuía a si a manutenção dos Objetivos Nacionais⁶, de modo a assegurar a Segurança Nacional do país. Sobre a DSN, o historiador José Jailton Camargo aponta que:

Iniciada nos marcos da Doutrina Trumann, a DSN previa que a segurança dos países ocidentais estava em perigo, dada a potencial ameaça soviética e à expansão do comunismo, e os conclamava todos a não ficarem neutros diante desse “perigo” (CAMARGO, 2013, p. 22)

Nesse contexto, o Serviço Nacional de Informações desenvolveu papel fundamental na medida em que controlava o sistema de informação e contra-informação no país⁷. Em relação a Segurança Nacional, um dos principais órgãos que exerciam o controle no país para assegurá-la era o DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social – existente no país desde a década de

⁶Os Objetivos Nacionais seriam aqueles essenciais à sociedade e que, em “determinada fase da evolução da comunidade, toda uma nação busca satisfazer”. Nesse âmbito, existe ainda os Objetivos Nacionais Permanentes, que se traduzem no Bem Comum da nação, podendo ser compostos por dois elementos: segurança e desenvolvimento. (ESG. 1975. p. 35).

⁷VER: LAGÔA, Ana. *SNI – como nasceu, como funciona*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

1920, e que desempenhou sua função especialmente em momentos de crise política

O golpe de 1964 não foi a primeira medida autoritária tomada no governo do Brasil. Para Germano, tais medidas são uma constante na história do país e, na verdade, se constitui, pois, na restauração da dominação burguesa, confirmando-se uma constante na história da nação: intervenções, exclusão das massas, restauração da ordem e outros.

De 1964 a 1985, o governo militar buscou fortalecer o Poder Executivo através dos chamados Atos Institucionais (AI), de modo que os demais poderes (Judiciário e Legislativo) ficassem submetidos a ele.

[...] os poderes do Legislativo foram transferidos, em grande parte, para o Executivo, que ganha autonomia e liberta-se de controles sociais e políticos. [...] as funções afetas ao Legislativo foram absorvidas pelo Executivo, que passou a exercer a parte ativa, relegando a um Congresso “decapitado” um papel passivo subordinado: aprovar ou rejeitar as iniciativas do Executivo nos prazos que o próprio Executivo estabelecia” (GERMANO, 1994, p. 97)

Ou seja, o poder Executivo – agora nas mãos dos militares – passou a ter domínio sobre o demais poderes, ficando assim, cada vez mais distante da “democracia” que o Regime Militar pregava manter, logo após o golpe.

O primeiro Ato Institucional (AI-1), promulgado em 09 de abril de 1964, legitimava a intenção do novo regime em fortalecer o poder Executivo, de maneira que reduzia o campo de ação do Congresso e limitava à competência do Presidente da República importantes decisões.

O AI-1 assegurava ao Presidente da república: a) o poder de introduzir emendas na Constituição; b) a exclusividade para legislar no campo financeiro ou orçamentário; c) o poder de decretar Estado de Sítio. (...)Competia ao Congresso: a) debater as emendas constitucionais, oriundas do Executivo, no limite de 30 dias (posteriormente 40), podendo recusá-las desde que fosse obtida a maioria absoluta; b) apreciar (já que se trata de uma prerrogativa transferida do Legislativo para o Executivo), aprovando ou rejeitando, a decretação do Estado de Sítio, porém, tão-somente no que diz respeito ao período de vigência. (GERMANO, 1994, p. 57)

O AI-1, promulgado logo após o golpe, vem no sentido então de já intensificar o poder Executivo frente aos demais, e dar seguimento a “restauração” proposta pelos militares.

O AI-2 procurou reforçar ainda mais os poderes atribuídos ao Executivo, além de “dar prosseguimento à eliminação das Antigas estruturas de Estado para a construção de novas” (ALVES, 1984, p. 95). Assinado pelo então presidente General Castelo Branco, em 17 de outubro de 1965, tal medida “estabeleceu em definitivo que a eleição para presidente e vice-presidente da República seria realizada pela maioria absoluta do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal” (FAUSTO, 2002, p. 474). Entretanto, a medida mais importante e que começa a dar forma à política autoritária do Regime Militar brasileiro, contida no AI-2, é a extinção dos partidos políticos existentes até então.

Desse modo, deixaram de existir os partidos criados no fim do Estado Novo que, bem ou mal, exprimiam diferentes correntes da opinião pública. A legislação partidária forçou na prática a organização de apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que agrupava os partidários do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia a oposição. A maior parte dos políticos que se filiaram à Arena tinha pertencido à UDN⁸ e em número quase igual ao PSD⁹; o MDB¹⁰ foi formado por figuras do PTB¹¹, vindo a seguir o PSD¹². (FAUSTO, 2002, p.474-5.)

O Ato Institucional que mais expressou o nível autoritário¹³ do Regime Militar foi o nº5, assinado em 13 de dezembro de 1968. Manifestações populares contra o Regime fizeram-se presentes durante todo o decorrer daquele ano.

A morte do estudante Edson Luís, no dia 28 de março de 1968, “durante o choque da Polícia Militar com os estudantes do restaurante Calabouço que participam de mais uma das manifestações da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) contra o aumento do preço da refeição, que consideram abusivo, e pela melhoria e conclusão das obras do restaurante” (VALLE, 2008, p. 40) foi um catalisador da “indignação popular reprimida e resultou em

⁸União Democrática Nacional.

⁹Partido Social Democrático.

¹⁰Movimento Democrático Brasileiro

¹¹Partido Trabalhista Brasileiro.

¹² Partido Social Democrático.

¹³Segundo Fausto, “embora o poder real se deslocasse para outras esferas e os princípios básicos da democracia fossem violados, o regime quase nunca assumiu expressamente sua feição autoritária. Exceto por pequenos períodos de tempo, o Congresso continuou funcionando e as normas que atingiam os direitos dos cidadãos foram apresentadas como temporárias” (FAUSTO, 2002, p. 466).

demonstrações de massa que assumiram proporções de verdadeira rebelião social” (ALVES, 1984, p.117). Para Zuenir Ventura, jornalista e ativista durante o Regime Militar, a morte de Edson Luís:

Pode-se dizer que tudo começou ali – se é que se pode determinar o começo ou o fim de algum processo histórico. De qualquer maneira, foi o primeiro incidente que sensibilizou a opinião pública para a luta estudantil. Como cingidamente lembrava a direita, ‘era o cadáver que faltava’ (VENTURA, 1988, p. 105)

Em junho de 1968, o Regime assistiu, pacificamente, a um protesto que reuniu cerca de cem mil cidadãos brasileiros, nas ruas do Rio de Janeiro:

Convocando a população a participar da passeata por meio de “comícios relâmpagos”, os estudantes recebem a declaração de solidariedade de vários setores da sociedade civil – mães de alunos, artistas, professores, jornalistas, servidores, populares, advogados pela OAB, clero – , alguns deles confirmando presença em manifestos dirigidos ao povo brasileiro e divulgados pela imprensa. (...) Parte dos “empresários da Guanabara” pede ao governador a presença de tropas federais para garantir a segurança na cidade. Gama e Silva, por sua vez, “aconselha” Negrão de Lima a permitir a realização do ato público. A manifestação é finalmente autorizada e a polícia permanece nos quartéis. (VALLE, 2008, p. 123.)

Uma Comissão de negociação foi formada por indivíduos manifestantes. Segundo Alves, “tratava-se de uma comissão de negociação representando as classes médias, àquela altura em aberta oposição aos militares no poder e enfrentando a polícia nas ruas (...) o Estado de Segurança Nacional ficou mais isolado da sociedade civil; começava a fechar-se o círculo do poder” (ALVES, 1984, p. 119.)

Com o decreto do Ato Institucional nº5, a ditadura civil-militar brasileira atinge sua fase mais repressora e violenta. O Estado atinge o grau máximo de autonomia, no que diz respeito ao seu aparato repressivo e às Forças Armadas (GERMANO, 1994)

O AI-5 não teve a sua ação limitada no tempo; ele se tornou permanente, duradouro, como se fosse uma espada de Dâmoqueles pairar sobre os setores oposicionistas da sociedade civil. Em tal contexto, todas as pessoas foram transformadas em inimigos potenciais do Estado. [...] As forças repressivas passaram a atuar sem nenhum controle, abrindo o caminho para a instauração do terror do Estado: prisões arbitrárias, torturas e assassinatos de presos políticos

faziam parte da cena brasileira da época. Ao lado disso, foi instituída censura à imprensa, à educação e à cultura. (GERMANO, 1994, p.66)

Além de todas as medidas autoritárias que o AI-5 autorizou o regime a cometer, ele também foi diferente dos Atos Institucionais anteriores em relação ao prazo de vigência: o AI-5 não teve, em seu nascimento, sua data limite de atuação, como os demais Atos promulgados antes dele.

Não cabe aqui prosseguirmos na análise do regime autoritário brasileiro até seu fim, em 1985, mas compete uma última observação. Segundo Adriano Codato, no período do regime militar, o Brasil passou por uma alternância entre momentos repressivos e de abertura. O quadro abaixo ilustra a afirmação (CODATO, 2004, p. 14):

Ciclos de “repressão	Ciclos de “liberalização”
1) 1964-1965: eliminação dos atores políticos ligados ao populismo (líderes partidários, sindicais) e a posições de “esquerda” em geral (AI-2);	1) 1965: adoção de uma “política de retorno à normalidade” pelo governo Castello Branco, a fim de “constitucionalizar” o regime (AI-4);
2) 1966-1967: consumação dos expurgos políticos após a edição do Ato Institucional n. 2 em outubro de 1965;	2) 1967-1968: adoção da “política de alívio” pelo governo de Costa e Silva, que envolvia tentativas de negociação com a oposição;
3) 1969-1973: enfrentamentos com a luta armada e constituição de um aparelho repressivo-militar;	3) 1974-1976: “política de distensão”, adotada no início do governo Geisel;
4) 1975-1976: concentração da repressão em São Paulo a fim de enfrentar a emergência de uma grande frente de oposição;	4) 1977-1979: retomada da “distensão” pelo governo Geisel após o “pacote de abril” de 1977, tendo como objetivo final a revogação do Ato Institucional n. 5;
5) 1979-1984: repressão aos movimentos sociais de trabalhadores rurais e urbanos, principalmente o novo movimento sindical.	5) 1979-1984: continuidade da “política de distensão” na “política de Abertura” do governo Figueiredo.

O primeiro momento de ambos os ciclos é fundamental no âmbito dessa pesquisa, tendo em vista que a fonte a ser analisada no segundo capítulo foi produzida justamente nessa época, em 1965. Observamos que, logo após o golpe, temos o início da constante eliminação da esquerda subversiva, que vai

incidir na apreensão da obra analisada no capítulo 2 deste estudo, tachada como subversiva.

1. No Paraná

No Paraná, antes mesmo do golpe de 1964, já havia certa correspondência entre o governo do Estado e o que chegou à presidência da República,¹⁴ e tal situação manteve-se ao longo do regime:

(...) o poder oficial do estado do Paraná era alinhado à coalizão que chegou ao poder em 1º de abril de 1964 desde antes do golpe de Estado, situação que se manteve durante toda a vigência do regime ditatorial, dado que a partir de 1971 os governadores paranaenses passaram a ser indicados diretamente por Brasília. (CAMARGO, 2013, p. 45)

No momento em que o Brasil sofreu o golpe militar de 1964, o Paraná era governado por Ney Braga que, segundo seu secretário de Segurança Ítalo Conti, “não só era favorável [ao golpe] como integrava o grupo de conspiradores. Além disso, o secretário afirma ainda que “o governo do Paraná apoiou silenciosamente, desde 1962, os militares que planejavam depor o presidente da República João Goulart”¹⁵.

Outro trecho da entrevista de Ítalo Conti, analisado pela historiadora Andréia Zaparte, é fundamental na compreensão do apoio de Braga ao movimento de 31 de março:

O ex-secretário de Segurança afirma que, desde 1962, Ney Braga o havia incumbido de preparar um batalhão da Polícia Militar que pudesse ser usado no momento necessário, já que o alto comando do Exército no Paraná era ligado a Jango. “Havia tenentes e capitães do Exército que estavam do nosso lado. Mas não sabíamos como eles iriam se comportar quando houvesse a deposição de João Goulart.”

¹⁴Ver: DUTRA, José Carlos. A revolução de 64 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna. IN: *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, nº 22, jun. 2004. CAMARGO, José Jailton. *PERFIS POLÍTICOS E RESISTÊNCIA: o Paraná e a ditadura (1964-1985)*. Dissertação de mestrado, UFPR, 2013

¹⁵ Trecho retirados de: DEDA, Rhodrigo. Ney Braga conspirou contra Jango em 1964, diz general da reserva. *Gazeta de Itapoá*. 31 de março de 2009. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=872708> (acesso em 13 de maio de 2014)

Quando o golpe “estourou”, porém, Ney Braga, que era coronel do Exército, foi um dos primeiros a apoiar a deposição do então presidente. Já no 1º de abril, ele fez um pronunciamento favorável à deposição de João Goulart e à tomada do poder pelos militares.

Sem disparar um único tiro, os militares golpistas rapidamente conseguiram dominar a situação no Paraná. Conti lembra que a pessoa que poderia frustrar os militares revoltosos era o general Silvino Castor da Nóbrega, comandante da 5ª Região Militar no Paraná, que apoiava Jango.

No dia 31 de março de 1964, o general voltava para Curitiba em um avião da Força Aérea Brasileira de uma reunião com o chefe da Casa Militar, general Assis Brasil, que tentava conter os militares golpistas. Segundo o ex-secretário de Segurança, o general teve sua rota de vôo alterada para não aterrissar em Curitiba. “O piloto do avião recebeu ordens de um tenente que era ligado a nós, que havia recebido ordens para levar o comandante (Silvino da Nóbrega) a Porto Alegre.” Conti afirma que foi dito a Silvino da Nóbrega que a neblina impedia a aterrissagem. “Quando ele chegou no Rio Grande, já estava tudo dominado.”

O pesquisador José Carlos Dutra, que estudou o golpe militar no Paraná, afirma que o general Silvino da Nóbrega tentou organizar uma resistência dando ordens aos batalhões de Blumenau e Joinville para que se deslocassem na direção de São Paulo. “Tal ordem não foi cumprida e o general foi destituído do comando, acusado de apoiar os comunistas. Respondeu a inquérito policial-militar e, posteriormente, foi transferido para a reserva remunerada”, diz Dutra, em um de seus estudos. (ENTREVISTA COM ÍTALO CONTI, apud ZAPARTE, 2011, p. 116)

O trecho acima aponta para o apoio de Ney Braga ao golpe militar de 1964 e sua preparação para o evento. Demonstra ainda uma tentativa da esquerda, no caso representada pelo general Silvino da Nóbrega, em organizar uma resistência ao golpe, que não chegou a acontecer.

O Paraná encontrava-se, então, antes mesmo da eclosão do movimento de 31 de março, alinhado aos ideais que viriam a se manter durante o Regime Militar. Além disso, as autoridades paranaenses estavam preparadas para agir rapidamente e evitar resistências por parte de grupos ou elementos engajados com o governo de João Goulart (CALCIOLARI, 2006).

Em 1966, com a promulgação do ato Institucional nº2, os governadores de estado passam a ser indicados pelo presidente de república, fazendo com que os estados alinhem-se ao ideal do regime – uma maneira de estender o controle do regime para todo o país. Outra atuação nesse sentido é a criação da Secretaria de Segurança Pública, em 1962, que passou a exercer o controle da Polícia Civil, à qual estava subordinada a Delegacia de Ordem Política e Social

(DOPS) do Paraná, ou seja, uma vez que os militares controlavam a Secretaria de Segurança, estendiam também seu domínio ao DOPS no estado do Paraná.

Apesar do alinhamento político que havia, antes mesmo do golpe, entre o Paraná e o Regime Militar, os focos de resistência a instauração deste no estado foram notórias, assim como no restante do país. Órgãos como a CNBB, ABI e OAB atuaram na defesa dos direitos dos perseguidos políticos; o movimento estudantil representou a insatisfação de amplos setores da sociedade contra o governo, além de resistências cotidianas de pessoas comuns, como mostra o estudo do historiador José Jailton Camargo¹⁶.

Segundo trecho de uma reportagem da Revista Panorama (ano XIV, número 144, maio de 1964) “cerca de trezentas prisões foram feitas no Paraná logo que irrompeu a revolução democrática, sendo apreendido vasto material comprometedor, relacionado com a subversão comunista em desenvolvimento no país” (CALCIOLARI, 2004, p. 206). Esse alto índice de prisões já no início do regime militar demonstra que os resistentes no Paraná estavam atentos e decididos a se contrapor ao golpe.

Como exemplo da resistência estudantil, em 1968, quando a repressão já estava mais explícita, houve a tentativa, por parte da UNE (União Nacional dos Estudantes), de realizar um encontro em Curitiba, entretanto, foram barrados pelas forças repressivas do Estado:

O fato é a prisão de uma centena de universitários na chácara do Alemão no bairro do Boqueirão em Curitiba, que se reuniram para um mini-congresso da UNE em 17 de dezembro de 1968, para avaliar a Lei Suplicy que estabelecia o fim do ensino gratuito nas universidades brasileiras. (CALCIOLARI, 2006, p. 177 e 178.)

Ainda em relação a esse episódio, uma das alunas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) na época, Judith Trindade, que participaria do Congresso, relatou detalhes do ocorrido:

Eu fui condenada a três anos, e o promotor recorreu da sentença, pedindo seis anos. Para quem foi condenado a quatro, ele pediu o agravamento da pena para oito anos. Fomos enquadrados na nova Lei de Segurança Nacional por guerra revolucionária adversa, tentativa de desestabilizar o governo e porte de armas, porque no Sítio do Alemão encontraram duas facas de churrasco e dois foguetes de São João. Além de documentos considerados subversivos, as teses que seriam

¹⁶ Idem.

discutidas lá e os manifestos das várias tendências que disputavam a presidência da UNE. (HELLER, 1988, p. 311)

Outros episódios, envolvendo estudantes resistentes ao Regime, ocorreram ao longo da ditadura civil-militar como, por exemplo, a manifestação organizada pelo DCE (Diretório Central dos Estudantes) da UFPR no dia 31 de março de 1964 e que foi abafada pelo governo: “por volta da meia-noite, o golpe militar havia sido desencadeado, e o governador Ney Braga, num gesto democrático, determinou que o secretário Affonso Alves de Camargo fosse nos retirar do local”.¹⁷

A repressão aos resistentes ao regime militar no Paraná não se estendeu somente aos movimentos estudantis, embora esses fossem os mais ativos. O CPC (Centro de Cultura Popular do Paraná) também sofreu com o governo militar. Tendo nascido alinhado ao PCB (Partido Comunista do Brasil) em 1959, o CPC foi fechado logo após o golpe militar, em 1964.

A censura, como nos demais estados brasileiros, visou inclusive os meios artísticos paranaenses:

Daí a censura aberta aos filmes, peças teatrais, livros, jornais, revistas e composições musicais no Brasil. No Paraná, um dos principais atingidos foi Euclides de Souza, o Dadá, militante do PCB, ator e produtor teatral que em 1960 participou da fundação do Teatro do Povo, patrocinado pelo semanário *Tribuna do Povo*, porta-voz oficial do partido. A primeira peça encenada, com grande sucesso na época, foi *Pátria ou Muerte*, de Oduvaldo Vianna Filho. (HELLER, 1988 p. 353).

O “Teatro do Povo” buscava uma aproximação com as classes populares, além de divulgar, através dos palcos, conteúdos que consideravam importantes para a educação política do povo. A primeira peça encenada, “Pátria ou Muerte”, foi sobre a Revolução Cubana.¹⁸

O estudo de Sílvia Calciolari, em *Ex-presos Políticos e a Memória Social da Tortura no Paraná (1964 – 1978)*, é pertinente no sentido em que aponta dados quantitativos que evidenciam a amplitude que a repressão tomou no estado do Paraná. Segundo os dados da autora, houve três momentos em que a repressão foi mais acentuada: em 1964, logo após o golpe militar; em 1970, devido ao

¹⁷ Depoimento da partícipe Laís Conter Parfeniuk. (HELLER, 1988 p. 312)

¹⁸ Para mais, ver: CALDAS, Ana Carolina. Centro Popular de Cultura no Paraná (1959-1964): encontros e desencontros entre arte, educação e política. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná; 2003.

recente decreto AI-5; e em 1975, com Operação Marumbi, que objetivava o fim da atuação do PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Em meio a esse contexto conturbado de ditadura civil-militar no Paraná, surge a fonte a qual este estudo se dedica: o livro de contos “7 de amor e violência”, que nasce como uma oposição, em forma de ficção, ao golpe militar.

O livro *7 de amor e violência*, publicado em março de 1965 em Curitiba, reúne oito contos de sete autores paranaenses, utilizando-se de metáforas e ironias que denunciavam diferentes aspectos da ditadura civil-militar. Os contos são: “Primeiro de Abril” de Elias Farah, “A greve” de Valêncio Xavier, “Quem grita na escuridão” de Oscar Milton Volpini, “A Síria após o Atlântico” de Jodat Nicolas Kury, “Baralho cortado” e “A Serraria” de Nelson Padrella, “Os caranguejos” de Sylvio Back, e “Violenta paz imposta aos mortos” de Walmor Marcelino. Utilizamos a 2ª edição da obra, publicada em 1986, tendo em vista a maior facilidade em encontra-la. Destaca-se, entretanto, que os autores adicionaram notas em cada um dos contos explicando que o conteúdo não teve alteração da primeira para a segunda edição, por tanto, entendemos que a pesquisa não sofreu qualquer perda do conteúdo original de 1965 ao utilizar a segunda edição. Como já mencionado, foi selecionado um dos oito contos para compor a análise deste estudo, tendo em vista que a análise da obra toda demanda uma pesquisa aquém do presente estudo.

Foi recolhido das bancas dois meses após seu lançamento, pelo DOPS. A nota no jornal *Estado do Paraná*, de 3 de junho de 1965, refere-se ao livro como “uma obra de caráter subversivo”¹⁹ e também identifica a obra como “o primeiro livro de autores paranaenses considerado subversivo e que sofre apreensão e interdição de tiragem de outra edição”²⁰.

A segunda edição da obra foi publicada em 1986. No posfácio, um dos autores do livro, Valencio Xavier, conta que o autor da ideia de conceber o livro foi Walmor Marcelino e outros integrantes eram pessoas com quem ele estava em contato na época e que “concordaram com essa perigosa forma de se opor

¹⁹ ESTADO DO PARANÁ, 3 de junho de 1965, p.9. Disponível para consulta na Biblioteca Pública do Paraná, microfilme, rolo nº 34, gaveta 16.

²⁰Idem.

ao golpe, uma atitude cultural” (FARAH, et al. 1986, p. 99). Cada autor entrou com uma quantia em dinheiro para realizar a publicação e recebeu algumas cópias da obra.

O restante da edição foi para as livrarias e para as bancas de jornal – novidade para a época. Não pense que esgotar uma tiragem de 1.500 exemplares era coisa fácil em Curitiba – livro que vendesse uns mil exemplares já era um Best-best-seller. O “7” vendeu tudo, quando o Exército apreendeu, só achou meia dúzia de livros e já estávamos com a segunda edição em preparo.

Quando Hélio Pólvora publica a crítica no “Diário Carioca”, acrescentamos no livro uma faixa com o trecho em que ele reconhece que o “7” *era o primeiro livro de ficção, contra o golpe, publicado no Brasil*. (FARAH, et al. 1986, p. 99 – grifos meus)

Segundo Sylvio Back, também autor de um dos contos do livro, após a publicação da obra, “cada um de nós [autores] esperava que um milico batesse à porta intimando a depor, como viria a ocorrer dois anos depois”²¹.

Após a breve contextualização acima, acerca da ditadura civil-militar no Brasil e, mais especificamente, no estado do Paraná, parte-se agora para a análise da fonte escolhida, o livro de contos “7 de amor e violência”, apreendido pelo DOPS em Curitiba, objetivando elencar elementos que tornaram essa obra “subversiva” aos olhos da censura, e elementar aos estudos relativos à literatura e história brasileiras.

CAPÍTULO II

“O LIVRO ENCARCERADO”: ANÁLISE DE “OS CARANGUEJOS” DE SYLVIO BACK

O conto que segue com análise é, segundo o próprio autor, uma “fábula surrealista em que militares são transformados em crustáceos assaltando um jogo de futebol”²². Sylvio Back é cineasta, roteirista, poeta e escritor. Tem mais de vinte livros editados e é um dos cineastas mais premiados do Brasil.

²¹BACK, Sylvio. O livro encarcerado. In: FOLHA DE SÃO PAULO, 05 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il0509201009.htm>

²² BACK, Sylvio. O livro encarcerado. In: FOLHA DE SÃO PAULO, 05 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il0509201009.htm>

Na narrativa escrita por Back em 1965, logo após o golpe, temos um jogo de futebol invadido por caranguejos, que tentaram dominar a situação, além de favorecer certo time e, ao final, tomam pra si o poder de realizar as partidas. Estamos diante de um texto que faz alusão ao golpe militar. Resta-nos então, extrair dele os elementos que o tornaram subversivo aos olhos da DOPS.

Logo no início do conto, temos a seguinte informação: “hoje, os nomes dos quadros pouco significam (...)vale reparar, entretanto, como referência, a cor de suas camisas: uns de azul celeste e outros de vermelho” (BACK, 1965, p.67). Tais cores nos levam a um contexto além do nacional: a Guerra Fria, que envolveu o mundo em uma disputa, principalmente ideológica, por áreas de influência. O Brasil, que teve apoio dos EUA no golpe militar de 1964²³, ao empreender uma luta contra o comunismo dentro de seu território, alinha-se ideologicamente contra o bloco soviético e a favor dos EUA.

Na narrativa, temos que as cores fazem referência aos comunistas – vermelhos – e aos que irão ser apoiados pelos militares – azuis – que, nesse caso, levando-se em conta o contexto internacional da Guerra Fria, podemos associar aos EUA. Essa alusão é importante, pois durante toda a partida, os caranguejos irão interferir a favor dos azuis:

Resmungando, o beque vermelho pulava numa perna só: na chuteira, um filhote de caranguejo beliscava a sola, afogado na escuridão; o número 9, também dos vermelhos, esfregava os dedos da mão, refazendo-os de uma enérgica tesourada; o goleiro massageava os fundilhos: sentara no braço de um crustáceo de intenções antes pacíficas. Irmão desse esmagou o nariz do técnico rubro, que fungava e largava palavrões (...)

(...)em fila indiana, eles [os caranguejos] entraram na área vermelha e ajudaram o ataque azul, sem o menor constrangimento.

Antes de findo o primeiro tempo, os vermelhos haviam levado quatro gols. O terceiro, por sinal, escandaloso, descaradamente marcado por uma dupla de caranguejos afoitos, vedetes e exibicionistas. (BACK, 1965, p. 68-9)

Quando Back coloca que os nomes pouco significam, mas que as cores muito dizem sobre os jogadores, especialmente sobre os de camisa vermelha, que

²³ Sobre isso, ver: LAUFER, Rubén, RAPOPORT, Mario. *Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000100004&script=sci_arttext (acesso em 13 de maio de 2014)

sofrem com a repressão vinda dos caranguejos durante a partida, a insinuação aos “comunistas” está presente e, para além disso, sugere que algo simples – como a cor da camisa, neste caso – poderia levar o indivíduo a ser taxado como subversivo e passivo de repressão. Nesse sentido, o historiador José Jailton afirma que o conceito de “comunista” ou “subversivo” era bastante elástico, podendo ser aplicado a diversos setores/indivíduos ou situações.

A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível. Em qualquer lugar onde se manifeste um aparente comunismo, o Estado está presente e faz intervir a segurança nacional. [...] à onipresença do comunismo responde-se com a onipresença da segurança nacional. (COMBLIN *apud* JAILTON, 2013, p. 24)

Nesse primeiro momento, após o golpe, o conceito de Segurança Nacional ainda está oficialmente baseado na Constituição de 1946, limitando-se a proteger o país contra as ameaças externas. A partir da elaboração da Constituição de 1967, entretanto, passa também a visar o inimigo interno, visto como elemento subversivo. Todavia, as ações imediatamente posteriores ao golpe militar, como fechamento da UNE, dos CPC's, além de censura (como a da própria fonte aqui estudada), nos levam a enxergar que o regime já visualizava “inimigos internos”, contra os quais não perdeu tempo em reprimir.

Ainda no contexto de “inimigos internos”, José Jailton aponta para a tentativa de criação de um “cidadão dócil”, com a adoção da Doutrina de Segurança Nacional pelo Regime Militar brasileiro:

Espera-se formar um novo cidadão, dócil e disciplinado, incapaz de reivindicar mais liberdade ou direitos, porque seu dever é contribuir para a grandeza da pátria, mesmo que essa grandeza se confunda com a sua exploração e os benefícios de uma elite. As dificuldades pelas quais a população pudesse passar faziam parte dos sacrifícios que deveriam ser feitos pelo bem da pátria, e se alguém reclamava, na lógica imposta no pós-64, não estava reclamando contra o governo, mas contra a pátria. Portanto, era passível de ser punido. (CAMARGO, 2013, p. 26)

Apoiada na Doutrina de Segurança Nacional e visando contribuir para a formação desse cidadão dócil, que caso viesse a se opor ao governo, estaria se

opondo a própria pátria e, portanto, seria um inimigo, é que o Regime Militar cria toda uma aparelhagem de espionagem e repressão. Temos então a transformação dos cidadãos em potenciais informantes.

Nesse sentido, podemos perceber a criação e institucionalização do SNI e da “comunidade de informações” que coordenava as polícias políticas estaduais e os diversos órgãos das Forças Armadas, a criação de organismos como os CODI e DOI, o aparelhamento das DOPS e, senão o estímulo pelo menos a indiferença do Estado frente a organismos como o CCC, além dos diversos testemunhos das práticas de tortura, assassinatos, sequestros, estupros etc., como a utilização do terrorismo pelo Estado brasileiro, a título de obter o consenso social pelo medo e calar as vozes dissonante (CAMARGO, 2013, p. 26)

A “comunidade de informações”, que tinha seus tentáculos por todos os lugares, aparece na fonte analisada na forma dos crustáceos, rondando os jogadores do time vermelho e interrogando o juiz.

E logo se lembrou do susto no vestiário, quando cinco caranguejos o esperavam para uma conversa particular, fedor de lama nas palavras” (BACK, 1965, p. 68)

No bate-bola, o time procurava apagar a esquisita imagem dos caranguejos rondando macabramente pelo vestiário. Bisbilhoteiros, nos bancos, dentro dos armários, entrando pelas calças, se escondendo nas meias, nos bolsos e nas camisas. (BACK, 1965, p. 68)

Os crustáceos bisbilhoteiros da fábula fazem parte do grande aparato repressivo que se formou a partir de 1964. Visando a Segurança Nacional, tal projeto objetivava a eliminação do comunismo e dos elementos subversivos que, em sua perspectiva, atrasavam a caminhada do Brasil ao seu destino de “país do futuro”.

A tentativa de criar um cidadão dócil esbarrou na grande resistência que se formou ao Regime. E, pra essa resistência, é que o aparato repressivo estava sempre pronto para agir. Na fábula, há dois momentos que transparecem esse investimento, em um confronto entre resistência e repressão:

Um dos jogadores subestimara os visitantes e ao sentar na fossa, levou um puxão por baixo, que só deu para um “aaaahhh” e desmaiou

(..)o árbitro, irritado com exemplar que lhe subira pelas costas e se metera dentro da camisa, resolveu castiga-lo pela ousadia. Até esse incidente, fizera vista grossa à interferência de corpos estranhos ao jogo, validando, mesmo, um tento duvidoso dos celestes (o remate partira dos crustáceos). Agora, no entanto, o abuso fora imperdoável. Então, derrubou o pobre animal e o pisou: “craaaaach”. Um enorme

“oooohhh” cortou o estádio, seguido de um silêncio nunca imaginado.
(BACK, 1965, p. 68-69)

O segundo momento apresentado acima é o mais explícito de resistência ao longo da fábula. O juiz da partida, que já havida sido interrogado antes dela iniciar, agora teve um caranguejo que lhe subira pelas costas. Irritado com a situação, o homem derruba o crustáceo e o pisa, causando espanto a multidão que assistia à partida. Logo em seguida, vem a repressão:

Surpresos, os crustáceos ainda marcharam de um lado para o outro em grandes aglomerações: pareciam até rezar. O assassinio não ficaria impune – era o pensamento da turma. E rapidamente, do protesto mudo passou-se à ação. Não sem certa violência e sadismo: jogadores, torcida, excitados pelas manifestações dos caranguejos, que dirigiam a operação, o árbitro foi caçado e apanhou de todos os lados. Nu de cima em baixo, a pele roxa de bordoadas, caneladas, beliscões, mordidas, etc., o pobre juiz saiu do campo quase morto (...).
(BACK, 1965, p. 69)

Esse trecho remete àqueles que tentaram manifestar sua postura contra o Regime. Entretanto, é interessante notar que Back apresenta uma repressão bastante violenta já nessa época. Essa visão vem a corroborar com o relato do então jornalista Márcio Moreira Alves (1966), que denunciou atos de tortura nos estados de Pernambuco, Goiás, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Sul, no livro *Torturas de Torturados*²⁴, com que presenteou o presidente Castelo Branco, comprovando esses atos em todo o país. Também o historiador Carlos Fico aponta para a existência de torturas e episódios violentos já em 1964:.

(...)o projeto repressivo baseado numa “operação limpeza” violenta e longeva estava presente desde os primeiros momentos do golpe. Assim, o Ato Institucional nº 5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da tese que sustenta a metáfora do “golpe dentro do golpe”, segundo a qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior. (FICO, 2004, p. 33)

Ou seja, nessa fábula, de 1965, que é escrita justamente para se opor ao golpe militar, já há a alusão dessa repressão violenta, confirmando a tese dos autores

²⁴ ALVES, Marcio Moreira. *Torturas e torturados*. Disponível em <http://www.marciomoreiraalves.com/downloads/torturas-e-torturados.pdf>. (Acesso em 15.05.2014)

citados, de que a repressão baseada na violência começou muito antes da promulgação do Ato Institucional nº5, o mais coercivo deles.

Voltando à fábula, após o incidente com o juiz, “quem olhasse do alto, veria centenas de novos caranguejos se preparando para invadir o estádio” (BACK, 1965, p. 70). Aí vem o questionamento do autor: “quem teria tido a maldita idéia de pegá-los, em pleno domingo, ensacá-los e soltá-los defronte ao estádio? Dezenas indagavam assim” (BACK, 1965, p. 70). Quem teria tido a idéia de soltar inúmeros caranguejos durante a partida de futebol entre os times de camisa azul e os de camisa vermelha? Será que...eles teriam um líder? Transpondo essa alusão para o contexto: teriam os militares, que tomaram o governo, através do golpe de 1964, um líder? Para Carlos Fico, os militares não possuíam uma liderança na época do golpe e este, aliás, foi desarticulado (FICO, 2004). Além disso, temos na própria voz de Geisel a confirmação de que o plano principal era retirar o então presidente João Goulart do governo e que, sobre o “depois”, pouco se sabia:

[Maria Celina D’Araujo e Celso Castro] Os conspiradores discutiram algum plano de governo para fazer face aos problemas do País?

[Ernesto Geisel] “Não. O objetivo era tirar João Goulart. A idéia sobre o futuro governo era ainda muito superficial: pôr ordem no país, combater a inflação, assegurar o desenvolvimento. Eram sempre idéias muito gerais, sem coordenação. Não havia nada previsto nem quanto à ocupação dos cargos. Não tínhamos uma proposta de governo. Achávamos que esse problema iria ser resolvido depois. Em primeiro lugar, tínhamos de derrubar o Jango” (GEISEL, 1997) ²⁵

Um golpe sem liderança²⁶ e desarticulado, que tinha como principal objetivo a retirada do então presidente do governo contava, entretanto, com o apoio de civis:

²⁵ CODATO, A. O golpe de 1964 e o regime de 1968. *Questões e Debates*, v. 40, p. 11-36, 2004. Trecho extraído de: D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997. p. 162.

²⁶ Aqui cabe ressaltar que, apesar de não possuir liderança, o papel dos militares foi essencial na deflagração do golpe, como discute Fico:” a decisão de movimentar tropas, que é, afinal, o gesto capaz de deflagrar o golpe, dependia de considerações especificamente militares, sendo visível, por exemplo, para os generais conspiradores, a importância do papel (militar) da decisão do colega Amaury Krueel, general comandante do II Exército, de aderir ou não ao movimento. Aspectos como poder de fogo, eficiência ou precariedade de armamentos disponíveis, tamanho

Os caranguejos, em si, não são criaturas que muito se preocupam com a razão e o sentido das coisas. Daí o cego empenho em favor dos azuis, cuja vitória saiu graças ao despreparo do adversário e à união dos aliados (BACK, 1965, p. 70)

Esses “aliados”, fazendo uma comparação com o contexto, seriam então a camada civil da população que apoiou o golpe militar de 1964. Para Fico, o que houve em 1964 não foi um golpe dos militares para a retirada de João Goulart do poder, mas a culminância de um movimento composto por civis e militares. (FICO, 2004)

Por fim, a fábula termina com a invasão do estádio por milhares de crustáceos, dos quais se destaca um, que inutiliza o placar final de 7x0 para o time azul, e fecha o conto com a seguinte fala:

- Doravante, os caranguejos farão as partidas de fundo. Vocês aí (e apontou para os atletas, vermelhos e azuis, um tanto assustados) ficam proibidos de jogar, enquanto nós ficamos por aqui. O juiz será deportado; dos bandeirinhas, sobra o que colaborou. (Palmas. Palmas. Assobios. Palmas. Assobios). (BACK, 1965, p. 70)

A narrativa é alusiva ao contexto em que foi escrita e o final, com a “tomada” do estádio pelo caranguejos, que até então estavam “apenas” rondando e garantindo a vitória do time azul leva a perceber que, apesar de fábula, a narrativa buscou expor a conjuntura que cercava seu autor: o início do que viria a ser o controle de todos os setores da sociedade pelo Regime Militar

das tropas etc. eram evidentemente importantes e, embora o movimento tenha se consumado sem a necessidade de confrontações militares efetivas, é claro que estas considerações estavam na mente dos generais golpistas. (FICO, 2004, p. 55)

CONCLUSÃO

O golpe militar de 1964 foi um movimento composto por civis e militares que objetivavam a retirada do então presidente, João Goulart, do governo. Vários fatores impulsionaram tal ação como, por exemplo, a alta inflação do período, a quebra de hierarquia por parte de sargentos em 1963, entre outros motivos.

A escolha dessa fonte para análise partiu da lacuna que há nos estudos sobre literatura de resistência no período anterior à 1970, principalmente logo após o golpe. Além disso, foi intrigante a descoberta de que não há estudos sobre essa obra, que *nasceu* como ficção de oposição ao golpe e foi definida, já em 1965, logo após seu lançamento, pelo crítico Hélio Pólvora como a primeira obra de ficção resistente ao golpe publicada no Brasil. Além disso, teve apenas dois meses de circulação (vendendo 1500 cópias), pois foi apreendida pela

DOPS e tachada de subversiva. Este estudo selecionou um dos oito contos presentes no livro e analisou, de modo a encontrar elementos alusivos ao contexto de publicação, que pudessem ser caracterizados como subversivos aos olhos do regime militar.

Ao analisar o conto “Os caranguejos” que, segundo o próprio autor, é uma fábula na qual os militares são transformados em caranguejos e invadem um jogo de futebol, verificou-se que a narrativa possui passagens que aludem ao contexto em que foi escrita. Quando se observa que os caranguejos, durante toda a partida, repreendem o time de camisa vermelha e ajudam, descaradamente, o time de camisa azul, fica explícito que os crustáceos representam os militares dentro do conto. A partir dessa identificação por parte do leitor, virão as demais: os caranguejos espreitam o time de camisa vermelha (uma alusão ao comunismo), interrogam o juiz do jogo, atrapalham o time de camisa vermelha. Entretanto, o ápice do conto se dá quando o juiz, irritado com um caranguejo, atira-o ao chão e o pisa. O juiz é acometido por forte violência e deixa o campo, coberto de hematomas. O fim do conto se dá com a completa tomada do estádio pelos caranguejos, que determinam a anulação da partida e o controle delas por eles, a partir daquela data.

Apesar de ser uma fábula – ficção, portanto – o conto analisado apresenta alguns elementos que explicitam o motivo pelo qual foi escrito. Ao colocar o time de cor vermelha, por exemplo, recebendo as agressões e supervisões dos caranguejos, o autor leva o leitor diretamente a relacionar a cor ao comunismo e, conseqüentemente, ao que lhe reprime – o regime militar. O momento de violência contra o juiz, que se opôs aos crustáceos, também parece decisivo para que a narrativa possa ser considerada subversiva pois apresenta justamente a oposição e a repressão violenta que, no momento, ainda não estava sendo divulgada explicitamente pelo regime, que procurava ainda disseminar a imagem de governo democrático.

O conto analisado, portanto, apresentou elementos alusivos ao contexto em que foi escrito e, justamente por isso, foi considerado subversivo: por mostrar, mesmo através da fábula, um lado do regime militar – a repressão, controle e violência – que ele ainda não estava admitindo divulgação, além, é

claro, da oposição do juiz. Ressaltamos que o estudo feito é inicial e abre possibilidades para futuras pesquisas que envolvam os demais contos da obra, que merece ser analisada como um todo.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Márcio Moreira. Torturas e torturados. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_torturas_e_torturados.pdf

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/SP: Edusc, 2005.

BACK, Sylvio. *O livro encarcerado*. In: FOLHA DE SÃO PAULO, 05 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il0509201009.htm>

BACK, Sylvio. Os caranguejos. In: FARAH, Elias et al. *7 de amor e violência*. Curitiba: editora Criar, 1986

- BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CALCIOLARI, Silvia. *Ex presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)*. Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná, 2006.
- CAMARGO, José Jailton. *PERFIS POLÍTICOS E RESISTÊNCIA: o Paraná e a ditadura (1964-1985)*. Dissertação de mestrado, UFPR, 2013.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998
- CODATO, A. O golpe de 1964 e o regime de 1968. *Questões e Debates*, v. 40, p. 11-36, 2004
- DEDA, Rhodrigo. Ney Braga conspirou contra Jango em 1964, diz general da reserva. *Gazeta de Itapoá*. 31 de março de 2009. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=872708> (acesso em 13 de maio de 2014)
- D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. (orgs). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. RJ: Relume-Dumará, 1994.
- DO VALLE, Maria Ribeiro. *1968 O diálogo é a violência: Movimento estudantil e Ditadura Militar*. São Paulo: Unicamp, 2008.
- DUTRA, José Carlos. A revolução de 64 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna. *In: Revista de Sociologia Política*, Curitiba, nº 22, jun. 2004.
- ESG. DEPARTAMENTO DE ESTUDOS. *Manual básico – MB - 75*. Rio de Janeiro: ESG, 1975
- ESTADO DO PARANÁ, 3 de junho de 1965, p.9. Disponível para consulta na Biblioteca Pública do Paraná, microfilme, rolo nº 34, gaveta 16.
- FARAH, Elias et al. *7 de amor e violência*. Curitiba: editora Criar, 1986
- FAUSTO, Bóris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, vol.24, no.47, 2004.

FRANCO, Renato. *O Romance de resistência nos anos 70*. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Franco.pdf> p. 1. (acesso em 16 de maio de 2014)

GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985)*. São Paulo: Cortez, 1994.

HELLER, Milton Ivan. *Resistência Democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Curitiba: SCEP, 1988.

LAGÔA, Ana. *SNI – como nasceu, como funciona*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência – censura a livros na ditadura militar*. São Paulo: Edusp, 2011.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

XAVIER, Valencio. Posfácio. In: FARAH, Elias et al. *7 de amor e violência*. Curitiba: editora Criar, 1986